



FRESU, Gianni – *Antonio Gramsci, O Homem Filósofo – Uma biografia intelectual*. São Paulo, Boitempo, 2020, por Caio Nunes da Cruz

Quando, em meados de 1920, um organizador sindical dos *Industrial Workers of the World* foi questionado se os IWW organizavam os trabalhadores do “cérebro”, a sarcástica resposta sintetizou uma profunda reflexão teórica: “Como nós não conhecemos trabalhadores que trabalhem sem cérebro, somos compelidos a responder, sim” (JUSTUS, 1922, p.86). Não existindo trabalhadores que trabalhem sem cérebro, a separação entre trabalho intelectual e manual persiste como uma contradição fundante da sociedade capitalista, uma ruptura que desde os primórdios do movimento operário moderno vem sendo combatida pelo socialismo. Talvez nenhum outro socialista se dedicou tanto a superar essa contradição quanto o comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Em alusão à sarcástica resposta do organizador sindical dos IWW, podemos dizer que Gramsci, que

também não conhecia trabalhadores que trabalhassem sem cérebro, acrescentou a essa discussão a máxima de que todos os homens são filósofos.

O revolucionário italiano, mesmo tendo dedicado sua vida à superação dessas contradições a partir da busca da unidade e totalidade, é, nos dias atuais, apresentado comumente como um pensador fragmentado: não existe um, mas vários “Gramsci”. Na apropriação de suas ideias, ele nos é apresentado ora como um homem da política, fundador do Partido Comunista Italiano e dirigente da III Internacional, ora como um homem da cultura, crítico literário e filólogo; nos apresentam um jovem Gramsci, entusiasta do movimento de conselhos operários, e um Gramsci do cárcere, teórico do partido e da hegemonia.

Ainda que essas divisões apresentem a multiplicidade de temas aos quais Gramsci se debruçou em vida, elas não contribuem para uma compreensão total de suas ideias. Compreender a vida e a obra de Gramsci é um esforço de compreender não apenas os fragmentos, mas o todo. Nesse sentido, a biografia intelectual “Antônio Gramsci, O homem Filósofo”, escrita por Gianni Fresu, publicado pela Boitempo Editorial em 2020, ocupa um lugar de destaque nas publicações sobre o revolucionário sardo no Brasil.

Fresu, de origem italiana, é atualmente professor de filosofia política da Universidade Federal de Uberlândia, e o atual presidente da *International Gramsci Society Brasil*. Entre suas publicações anteriores em terras brasileiras, destacamos os livros "Lenin leitor de Marx: determinismo e

dialética na história do movimento operário" (2016) e "Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo" (2017). Em seu novo livro, Fresu nos oferece um trabalho de síntese, fruto de anos de estudos anteriores, que busca romper com as separações esquemáticas sobre Gramsci, buscando as continuidades que marcam suas principais reflexões teóricas por toda a vida. Segundo Fresu, "Gramsci foi um jovem revolucionário, um dirigente político e um teórico: todavia, essa tripartição só tem sentido para ajudar a organizar cronologicamente as diferenças fases de sua vida" (2020, p. 381).

Seguindo essa tripartição apenas para acompanharmos a vida de Antonio Gramsci, Fresu divide o livro em três grandes seções: "O jovem revolucionário", abrangendo desde o nascimento de Gramsci em 1891 na Sardenha, sua ida para Turim, o ingresso no Partido Socialista, até a repressão ao *biennio rosso* e o refluxo internacional sobre o movimento dos trabalhadores; "O dirigente Político", que trata sobre a trajetória de Gramsci como um dos fundadores do Partido Comunista da Itália em 1923, seu papel como dirigente no Comintern, seu amadurecimento teórico e sua consolidação à frente do PCI; em "O Teórico", Fresu se aprofunda nos debates teóricos de Gramsci, mostrando as conexões, rupturas e desenvolvimentos existentes no seu pensamento desde sua juventude até os *Cadernos do cárcere*, sendo nessa parte que encontramos de maneira aprofundada os diversos temas nos quais Gramsci se dedicou em vida: a questão meridional, a teoria do partido, a hegemonia, entre outros tantos. O livro ainda conta com

um prefácio do cientista político Marcos Tadeu Del Roio e um posfácio de Stefano G. Azzarà, dois conhecidos nomes dos estudos gramscianos mundiais.

O jovem Antonio Gramsci, nasce em 1891 em um pequeno vilarejo do interior da Sardenha, e em sua juventude, sentirá na pele os efeitos da contradição resultantes do conturbado processo de unificação nacional na Itália. A ilha de Sardenha era uma região majoritariamente baseada numa economia agrária, efeito de um longo processo de subdesenvolvimento, herdeiro do período colonial, e que foi agravado no *Risorgimento* com uma separação mais radical entre o norte e sul da Itália. Gramsci já em sua juventude perceberá que a miséria a que as massas camponesas da Sardenha eram submetidas expressavam uma contradição latente da formação social do Estado italiano. A questão meridional aparece na preocupação de Gramsci de maneira quase intuitiva diante das precárias condições sociais que vivencia e, segundo Fresu, é ainda nesse primeiro momento que

Entre Gramsci e o grupo subalterno se desenvolveu uma relação orgânica de afinidade, não uma mera relação de representação intelectual, e isso em grande parte se deveu ao pano de fundo social e cultural, ao conhecimento pessoal das injustiças a que eram condenadas as massas de sem-vozes de sua terra (FRESU, 2020, p. 23).

Mas se é na região do *Mezzogiorno* onde Gramsci dá os primeiros passos em sua vida em direção a política, é em Turim, “a Petrogrado da revolução italiana”, que Gramsci se encontra de vez com o movimento socialista. Capital da Itália, centro do desenvolvimento capitalista industrial, organizado sobre bases fordistas, Turim é o centro do movimento operário na Itália, e o encontro de Gramsci com a cultura e as organizações operárias serão centrais para sua formação enquanto revolucionário.

O ingresso no Partido Socialista Italiano em 1914 ocorre junto a um marco de sua geração, a Primeira Grande Guerra, e é nesse contexto que Gramsci irá se desenvolver intelectualmente, e começar a esboçar uma das suas principais discussões em torno da relação entre dirigentes e dirigidos, visto que a experiência da guerra demonstrou claramente que os operários eram vistos, usando a expressão de Gramsci, como ‘carne para canhão’.

As origens dessa relação “dual entre dirigente e dirigido” se encontram na manutenção da hierarquia entre trabalho intelectual e trabalho manual. Aqui Fresu nos apresenta uma discussão estruturante do pensamento de Gramsci, e que irá ser desenvolvida ao longo de sua vida, uma discussão que aparece em Gramsci na categoria de ‘cadornismo’, que expressa a “*síntese das relações político-sociais deterioradas entre dirigentes e dirigidos, da modalidade de direção unilateral dos primeiros sobre os segundos*” (FRESU, 2020, p. 27).

O evento que marca definitivamente a adesão de Gramsci ao campo do socialismo e ao marxismo é a Revolução Russa de 1917. A partir desse

momento, não há mais volta para o jovem sardo, o único caminho a ser trilhado será o da revolução socialista. A influência é tamanha que, como nos diz Fresu, é equivocado sequer tratar da influência de Outubro e de Lênin sobre Gramsci como fenômenos passageiros, mas sim que “*o legado da revolução de Outubro representa o verdadeiro divisor de águas em torno do pensamento político de Gramsci [...] Em torno desse núcleo fundamental desdobram-se muitas dos matizes interpretativas relacionadas com o legado gramsciano*”. (FRESU, 2020, p. 30).

Para compreendermos o caminho trilhado por Gramsci no campo do socialismo italiano, será necessário entendermos primeiramente seu desenvolvimento intelectual no campo do marxismo, em especial, bem como em sua formação. Gramsci, num primeiro momento aparentemente influenciado por autores tão diversos, como Croce e Sorel, irá trilhar um caminho intelectual em que suas influências convergem em um ponto: o ataque ao positivismo da Segunda Internacional e seus principais teóricos.

Após a cisão entre anarquistas e sociais democratas na *Associação Internacional dos Trabalhadores*, a influência do marxismo no seio do movimento operário foi majoritariamente construída pelo Partido Social Democrata Alemão, e foi por meio de seus órgãos de imprensa como o semanário *Sozialdemocrat* e a revista *Neue Zeit* que a teoria marxista passou a influenciar o movimento operário de orientação socialista. Essa difusão do marxismo e a expansão da social democracia favoreceram o surgimento de uma dupla revisão do marxismo, nas quais a figura de Karl Kaustky e Eduard

Bernstein foram centrais. Para Fresu, o desenvolvimento intelectual de Gramsci está diretamente ligado ao combate dessa dupla revisão, segundo ele:

Gramsci sentiu a necessidade de enfrentar o problema da dupla revisão sofrida pelo marxismo: a do materialismo vulgar, incapaz de abarcar o problema da cultura filosófica de Marx, e a da corrente neokantiana, empenhada em emendar e integrar o materialismo histórico a outras filosofias (FRESU, 2020, p. 35).

A preferência de Gramsci pelo estudo de autores idealistas, como Benedito Croce e George Sorel, estava articulada com o combate fundamental contra as leituras positivistas do marxismo que dominavam a Segunda Internacional. Enquanto os teóricos “oficiais” do marxismo da Segunda Internacional buscavam defender e reivindicar uma interpretação científica de suas concepções históricas aliadas a uma compreensão evolucionista do desenvolvimento dos modos de produção – do que derivava um programa político no qual a revolução deve aguardar o máximo desenvolvimento desse processo evolutivo –, Gramsci compreendia que era necessário uma compreensão do marxismo como uma filosofia original e independente, e assim, trabalhar com o máximo do desenvolvimento filosófico de seu tempo, em especial, naquela filosofia que herdava a tradição dialética do idealismo alemão, e para Gramsci, esta filosofia era encontrada em Benedito Croce:

“para nós, italianos, ser herdeiros da filosofia clássica alemã significa ser herdeiros da filosofia crociana” (GRAMSCI Apud FRESU, p. 32).

Assim como Gramsci via a necessidade de se debruçar sobre a filosofia de Croce para realizar o acerto de contas com a filosofia idealista, ele via na figura de Antonio Labriola, o melhor da tradição filosófica do marxismo na Itália. Labriola, na contramão das noções positivistas e neokantianas que imperavam na social democracia, se esforçou para construir o marxismo enquanto filosofia da práxis, uma filosofia original e independente. Segundo Fresu, para Labriola, *“o materialismo histórico não é, nem pretende ser, a visão intelectual de um grande plano ou desenho, mas um método de investigação e concepção”*. A importância de Labriola na introdução e no desenvolvimento do marxismo na Itália era claro: *“Efetivamente, foi Labriola quem introduziu o materialismo histórico na Itália”* (GRAMSCI Apud FRESU, p. 36), e a marginalização que sua crítica encontrava na social democracia era um incômodo para Gramsci. Segundo Fresu, Labriola era a expressão necessária da crítica marxista aos limites da estratégia do Partido Socialista Italiano:

os limites teóricos do socialismo italiano eram a permissão lógica de todas as degenerações políticas do Partido Socialista Italiano (PSI) – cujo horizonte estava delimitado pelo binômio positivismo-evolucionismo parlamentar –

assim como de sua incapacidade de interpretar a realidade, e portanto, de transformá-la (FRESU, 2020, p. 37).

Essa compreensão será fundamental para o desenvolvimento de Gramsci e do grupo responsável por organizar a revista *L'Ordine Nuovo* em sua crítica às posições moderadas do PSI.

Fresu nos mostra nessa primeira parte de seu livro que a formação intelectual de Gramsci foi privilegiada do ponto de vista crítico, pois a confluência desses autores permitiu que ele, desde muito jovem, não aderisse a uma visão positivista do marxismo:

O percurso intelectual do jovem Antonio Gramsci, movido por um marxismo notadamente antipositivista, foi simultaneamente nutrido pelas contribuições da filosofia idealista e pelas concepções leninistas da intervenção revolucionária. A esses dois matizes é preciso somar a crítica sorealiana à decadência e à corrupção do marxismo, reduzido pela social democracia a mera fórmula ritual com a qual, segundo o filósofo francês, se encobria uma terminologia revolucionária com uma prática política distante das massas e a serviço exclusivo de um grupo de dirigentes e intelectuais burgueses (FRESU, 2020, p. 54).

Somada a essas influências, o pensamento de Georges Sorel, teórico francês radicalmente influenciado pelo anarquista Fernand Pelloutier e defensor da estratégia do sindicalismo revolucionário, será também uma das

fontes da crítica de Gramsci sobre a decadência e degeneração da social democracia da Segunda Internacional e do socialismo italiano, expressa na relação entre dirigentes e dirigidos, na relação entre os intelectuais e as massas. Segundo Fresu, “*Sorel identificou a solução para esse problema no autogoverno completo dos produtores, essencialmente no exercício de instituições próprias, como as Bourses du Travail, no interior das quais a classe operária deveria instruir-se e organizar-se para a revolução, superando definitivamente toda a e qualquer sugestão e reforma capitalista*” (FRESU, 2020, p. 56).

A leitura de Sorel permitiu a Gramsci manter uma postura crítica em relação a uma concepção de partido que defendesse uma separação radical entre massas e intelectuais, buscando superar essa separação artificial pela centralidade do processo de autoeducação e autonomia dos trabalhadores, não apenas vista como massa sem cultura e sem capacidade de direção, mas sim como produtores e dirigentes da própria sociedade. Para Gramsci, era necessário “*lançar as bases do processo revolucionário na intimidade da vida produtiva*” (GRAMSCI Apud FRESU, 2020, p 57.) Assim, em conformação com o movimento operário de seu tempo, Gramsci defendia a construção de conselhos de operários e camponeses como fundamental para enraizar na esfera produtiva as bases de um processo revolucionário na Itália:

Promover o surgimento e a multiplicação dos conselhos operários e camponeses, determinar sua articulação e sistematização orgânica até a unidade nacional a ser alcançada num congresso geral, desenvolver uma intensa propaganda para conquistar a maioria, é a tarefa atual dos comunistas. A urgência desse novo florescimento dos poderes que nasce irresistivelmente das grandes massas trabalhadores determinará a colisão violenta das duas classes e a afirmação da ditadura proletária (GRAMSCI, Apud FRESU, p. 57).

A prova de fogo veio nos anos de 1919 e 1920, o chamado *Biênio Vermelho*. Após a Revolução Russa e o término da Primeira Guerra Mundial, uma onda revolucionária varreu a Europa. Na Itália, o movimento operário e camponês, no acirramento da luta de classes, deu início a um processo de ocupações de fábricas e expropriação de terras por todo o país. Em cidades industriais, como Turim, um amplo movimento de conselhos foi criado pelos trabalhadores operários, que ocuparam as fábricas e criaram seus próprios comitês internos para gerir a produção e organizar a autodefesa frente à repressão patronal e estatal.

Como vimos, Gramsci defende os conselhos operários como as instituições necessárias para a criação do autogoverno dos produtores, e defende sua autonomia frente as demais organizações da classe, como o partido e o sindicato. Segundo Fresu, “*para Gramsci, historicamente o sindicato é a forma assumida pela mercadoria trabalho no regime*

capitalista, como forma de reequilibrar a relação entre capital e trabalho em favor da parte mais frágil. Ele surge graças a concentração e a organização da força de trabalho” (2020, p. 98). A relação entre sindicatos e conselhos deve buscar um equilíbrio na qual o sindicato é a força de defesa do trabalho contra o capital, e o conselho a força construtiva da produção.

A crítica de Gramsci aos sindicatos, entretanto, é pouco desenvolvida por Fresu. Uma das críticas que ele faz é a de que “*o erro do pansindicalismo consiste precisamente em considerar fato permanente e exclusivo do associativismo proletário o sindicato de categoria*”. (2020, p. 81). Sendo o pansindicalismo a expressão de um apoliticismo sindical, as críticas de Gramsci se adequam mais ao sindicalismo de orientação social democrata e reformista, como a CGIL e a CIL, ou também se aplicam ao sindicalismo revolucionário da U.S.I, que desde 1914 se estrutura em sindicatos de indústrias? (ANTONILI, 2004, p. 200).

Essas questões não ficam muito claras e mereciam uma maior atenção, em especial pela ampla defesa do movimento de conselhos pela U.S.I durante o *biennio rosso*: “*já no segundo congresso nacional, em Parma, em dezembro de 1919, a U.S.I havia valorizado os conselhos enquanto exemplo da organização operária, sob a condição de que eles estivessem embasados na ação direta e que tivessem por objetivo a gestão industrial.*” (VENZA, 2004, p. 212). No que tange ao processo do *biennio rosso*, o livro de Fresu estranhamente deixa de lado algumas informações importantes que poderiam produzir questões interessantes para compreendermos as posições de

Gramsci durante esse período, como por exemplo, a atuação da União Sindical Italiana no movimento de conselhos. A USI foi formada em 1912 como uma dissidência da CGIL, reunindo os operários numa organização sindicalista revolucionária, que na sua fundação contava com aproximadamente 80 mil membros, mas que irá rapidamente se desenvolver. Segundo o pesquisador Maurizio Antonioli, “ao final da guerra, a União Sindical, assim como as outras organizações (CGIL e anova CIL, confederação Católica) aumentam seus efetivos. Ao final de 1918, a organização sindicalista exibe 180.000 filiados, que passam a 305.000 em dezembro de 1919” (2004, p. 200). Durante as ocupações de conselhos a USI contará com mais de meio milhão de trabalhadores, e será uma das principais forças radicalizadoras do processo de ocupações de fábricas. Entretanto, Fresu sequer faz menção a ela em seu livro.

Assim, enquanto os operários no movimento conselhistas eram diretamente apoiados pela U.S.I, organização sindicalista revolucionária, e pelos sindicatos mais radicais dentro da CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho), como a FIOM (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos), a maioria reformista da CGIL, vinculada diretamente ao PSI, que estava em profunda crise teórica e estratégica, não apoiou o movimento conselhistas, cometendo não apenas um erro tático, mas criando a abertura para o movimento de cisão do partido.

No PSI, Gramsci e os demais ordonovistas foram a exceção, encontrando no movimento conselhistas a força necessária para a revolução

social na Itália. As ocupações de fábrica e criação de conselhos de operários eram a expressão da autoatividade da classe em seu processo de construção de um novo poder. A renovação do PSI que Gramsci ansiava não aconteceu, e as frações comunistas no interior do partido se unificaram em Milão, em outubro de 1920. Segundo Fresu, aqui já existia o núcleo fundador do futuro Partido Comunista:

O acordo entre os três componentes fundadores do Partido Comunista da Itália (PCd'I) - bordiguistas, ordinovistas e máximalistas de esquerda – baseado na mudança do nome do Partido, na expulsão dos reformistas e na total aceitação da plataforma de adesão à Terceira Internacional Comunista, levou à constituição do comitê provisório da fração comunista do PSI, composta por Bordiga, Repossì, Fortichiari, Gramsci, Terracini, Bombacci e Misiano, e na eleição do comitê executivo ficaram Bordiga, Fortichiari o maximalista de esquerda Bobacci (FRESU, 2020, p. 103)

A ruptura oficial aconteceu em 21 de janeiro, durante o Congresso de Livorno a maioria comunista. Reunidos em torno de Bordiga e Gramsci, fundam o Partido Comunista da Itália. Com a fundação do novo partido, e o crescimento da ameaça fascista que emerge e se fortalece com a derrota do *biennio rosso*, Gramsci irá se desenvolver enquanto dirigente político em um período de forte refluxo revolucionário.

Em relação ao novo partido, Fresu busca romper com a ideia de que Gramsci foi seu principal dirigente nos primeiros anos de formação do

partido. De fato, ele faz a justa avaliação do papel de Amedeo Bordiga, como o “principal arquiteto e protagonista do PCd’I.”, ele foi “*o primeiro a construir uma forte e radical fração comunista no PSI [...] Era, indiscutivelmente, protagonista da cisão e da fundação do PCd’I, um dirigente dotado de grande capacidade organizativa e de direção política, mas sobretudo de carisma*” (FRESU, p. 126). A influência de Bordiga sobre os anos iniciais do PCd’I criaram uma situação em que o partido se viu em desacordo com a política internacional do Comintern, em especial em relação à questão da frente única, e isso estava intimamente ligado com a concepção de partido defendida por Bordiga. Para Bordiga, a relação entre o partido e a classe era visto de uma maneira mais similar a noção de correia de transmissão de Kaustky e da Social Democracia Alemã, do que a uma noção de partido de massas organicamente vinculado ao setor produtivo. Assim, o partido não deve buscar atrair a maioria da classe, mas deve se constituir enquanto um órgão de direção da classe, que existe enquanto uma minoria, fortalecendo a disciplina de maneira quase militar. Essa noção novamente reduzia a relação entre dirigentes e dirigidos a uma relação hierárquica entre os intelectuais do partido e as massas da classe trabalhadora. Togliatti via essa concepção de partido como extremamente nociva a ampliação da influência do PCd’I sobre os trabalhadores na Itália:

A visão de partido era a mesma de uma organização de tipo militar, mais do que político, mas de uma organização militar antiga, desprovida de alma, baseada na mera

obediência e principalmente na quase sobre humana capacidade de um chefe ou de um reduzido grupo dirigente de fazer frente a tudo, de dar a cada contingência a orientação oportuna, de dar, no momento certo, todas as diretivas e todas as ordens necessárias (Fresu, 2020, p. 128).

Como já vimos, essa concepção de partido e da relação entre dirigentes e dirigidos é fortemente repudiada por Gramsci, que insiste na construção orgânica do partido, que é parte da classe, e não um órgão externo a ela, que deve através dos conselhos e células comunistas se enraizar no setor produtivo, incentivando a autoatividade e autoformação dos trabalhadores, para que desenvolvam sua autonomia, sua capacidade de se tornar classe dirigente. A posição de Gramsci e dos demais ordinovistas é claramente oposta a essa noção esquemática, quase cadornista, da atuação do partido. A essa divergência, se somou ao problema da chamada “crise italiana”, a oposição de Bordiga no Comintern à tática da “frente única”, que foi proposta na internacional como a política necessária num momento de refluxo intenso no movimento socialista, priorizando uma política geral que buscasse ampliar a influência dos comunistas sobre a maioria da classe trabalhadora em todo o mundo, permitindo que os comunistas exerçam influência desde movimentos camponeses até movimentos de libertação nacional e anticoloniais. A tática da frente única estava diretamente ligada à defesa da NEP na URSS, vista junta como uma linha política necessária para garantir a defesa da vitória

revolucionária em um momento de refluxo e foi um dos temas principais dos debates dentro do III Congresso do Comintern.

É nesse contexto que Gramsci começa a publicamente a se afastar de Bordiga, travando um debate teórico e político contra a maioria bordiguista no partido e na representação no Comintern. Fresu nos mostra como os anos seguintes de Gramsci serão cruciais para seu amadurecimento intelectual e sua formação enquanto dirigente:

Em maio de 1922, após quinze anos, Gramsci deixou Turim e a direção do L'Ordine Nuovo para empreender uma nova experiência, destinada a formá-lo politicamente. Em Moscou, onde permaneceria até dezembro de 1923, o intelectual sardo viveu um terceiro momento de virada existencial, depois de Cagliari e Turim, com complicações muito importantes na esfera dos afetos e das escolhas de vida (FRESU, 2020, p. 152.)

Foi durante o IV Congresso do Comintern, em 1922, que a “Questão Italiana”, o conflito entre o PcdI representado pela maioria bordiguista e a executiva da internacional alcançou seu ápice irreconciliável. As posições de Bordiga contra a política da frente única e contra a criação de células comunistas, somadas a uma equivocada análise sobre o movimento fascista na Itália e ao abstencionismo parlamentar, colocaram o partido italiano em rota de colisão direta com a executiva, ameaçando a própria retirada do

partido caso esse não se adequasse às novas teses. O IV Congresso foi um dos mais conturbados da história do Comintern, tanto pelo reconhecimento do refluxo da ofensiva para uma posição defensiva dos levantes socialistas, quanto pela ascensão do autoritarismo e do fascismo.

Buscando construir uma unidade e uma coerência maior entre suas seções, o IV Congresso lidou com diversas “questões”. Além do caso italiano, talvez a principal foi referente a “questão francesa”, que colocou em discussão a relação entre partidos e sindicatos, visto que o Partido Comunista da França fora majoritariamente formado por lideranças sindicalistas revolucionárias, como Pierre Monatte, que insistiam na centralidade do sindicato como a organização principal dos trabalhadores na luta de classes. As discussões do congresso visavam alinhar os partidos com os pontos de adesão ao Comintern, como a construção de partidos livres das influências de sociais democratas e de anarquistas e sindicalistas revolucionários, assim como o vínculo de militantes com organizações religiosas como a rosa cruz e a maçonaria.

Entre todas as “questões”, um dado biográfico de Gramsci que reforça o clima do IV Congresso, mas que não aparece no livro de Fresu, é a participação do revolucionário italiano na comissão especial que ficou responsável por lidar com “o caso do Brasil”, uma das comissões formadas pelo *Presidium* (A instância mais alta do Comintern) para lidar com a questão dos partidos latino americanos. Entretanto, a comissão responsável pelo caso do Brasil contou com nomes importantes do comitê executivo, como o

japonês Sen Katayama, o francês Boris Souvarine e o italiano Antonio Gramsci. A comissão lidou especialmente sobre a adesão do Partido Comunista do Brasil ao Comintern, mas julgou em especial a atitude do seu delegado, o primeiro brasileiro a ir para a URSS, Antonio Bernardo Canellas, que após fazer um aparte a fala de Trotsky em uma das discussões sobre a questão francesa, foi “acusado” de ter rompido com a unanimidade das decisões que eram buscadas nas assembleias, algo que parece ter contribuído para a não adesão do PCB ao Comintern naquele ano. O dado é especialmente interessante aos leitores brasileiros, pois mostra um pouco das discussões que foram realizadas no IV Congresso, e que colocaram frente a frente o revolucionário sardo e o operário brasileiro (SALLEZ, 2005).

Após o congresso, Gramsci consegue construir a nova maioria do Partido Comunista, buscando reverter as concepções de Bordiga na organização do partido, na tática e estratégia, e na ligação com o Comintern. É a partir desse momento que Gramsci dá uma virada radical no partido e busca ampliar suas bases, de acordo com as teses dos últimos dois congressos da internacional comunista. Em março de 1924, Gramsci é eleito como deputado em Vêneto e, recebendo imunidade parlamentar, retorna à Itália, agora sob o comando dos fascistas. Sua atividade política como parlamentar aconteceu em um drástico momento da história política italiana, e mesmo em sua única atividade no parlamento, Gramsci foi capaz de expressar os novos acúmulos teóricos e políticos ao confrontar um projeto de lei que visava

suprimir a liberdade de associação da maçonaria no país (para Gramsci, o verdadeiro partido da burguesia liberal na Itália), mas que abria portas para a retirada das demais liberdades democráticas e o assalto total dos fascistas ao Estado.

A consagração de Gramsci acontece no Congresso de Lyon, em 1926, é onde a vitória definitiva sobre a dissidência bordiguista ocorre. Segundo Fresu, as teses de Lyon “*representam um divisor de águas essencial, seguramente o ponto mais alto no qual a elaboração teórica e a direção política de Gramsci encontram um ponto de entendimento elevadíssimo*” (2020, p. 207). Nas teses, todas as discussões anteriores de Gramsci, sobre a concepção necessária de partido enquanto parte da classe, enraizada no setor produtivo através dos conselhos e células comunistas, incentivando a autoformação dirigente da classe, a necessidade de assumir a política de frente única e a construção de uma hegemonia, a superação entre as relações hierárquicas entre dirigentes e dirigidos, definem os caminhos do PCI para as próximas décadas, permitindo ao antigo partido de vanguarda se transformar em partido de massas.

A análise do fascismo também é extremamente inovadora, segundo Fresu (2020, p. 204) “é na definição de Fascismo que as Teses alcançam seu nível mais elevado de análise e conceituação”:

No conteúdo, o fascismo modifica o programa da conservação e da reação que sempre dominou a política

italiana somente por uma maneira distinta de conceber o processo de unificação das forças reacionárias. À tática dos acordos e das concessões ele contrapõe o propósito de realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num só organismo político sob o controle de uma única central que deveria dirigir também o partido, o governo e o Estado. Esse propósito corresponde à vontade de resistir a fundo a qualquer ataque revolucionário, o que permite ao fascismo ganhar as adesões da parte mais dedicadamente reacionária da burguesia industrial. (GRAMSCI Apud FRESU, 2020, p. 205).

A análise estava correta, e o fascismo tomou completamente o poder do Estado, e Gramsci foi preso em 8 de novembro de 1926. Condenado a mais de vinte anos de prisão, ele irá ficar preso até 1934, quando, adoecido, é liberto, para morrer pouco tempo depois. Entretanto, Gramsci iniciou um projeto “desinteressado”, a redação dos *Cadernos do cárcere*, retomando os mais diversos temas a qual se propôs em vida, nos deixando um legado teórico gigantesco.

Na parte final dessa biografia intelectual, Fresu nos oferece um panorama geral dos principais temas que Gramsci se dedicou a pensar em sua vida, e em especial, no cárcere, mostrando as conexões, continuidades e rupturas existentes. Como vimos, Gramsci se dedicou a pensar a questão meridional, as relações entre produtores e subalternos, a questão da hegemonia, enfrentou continuamente uma visão reducionista do marxismo, e mesmo no cárcere, debateu esquematismos dos manuais de Bukharin,

aprofundou seus estudos sobre o papel do partido político na modernidade em diálogo com Maquiavel e Robert Michels, pensou os efeitos psíquicos e sexuais das novas formas de racionalização do trabalho, buscou as possibilidades de tradução no marxismo de outras referências teóricas, entre tantos outros temas, que Fresu nos apresenta com clareza e objetividade.

De todos esses temas, vale destacarmos a importância do conceito de “cadornismo” para os dias atuais, e refletirmos sobre como podemos repensar as relações entre dirigentes e dirigidos na contemporaneidade. Gramsci utilizou o conceito de cadornismo para pensar o dirigismo na relação entre líder e massas. A sua referência é Luigi Cadorna, general italiano responsável pela derrota de Caporetto na Primeira Guerra Mundial, uma derrota causada pelo dirigismo de Cardona que enviou suas tropas para uma ofensiva cega contra as tropas austríacas, onde a derrota foi inevitável.

Segundo Fresu, “O Cadornismo é, portanto, a metáfora de um problema histórico não resolvido: o uso instrumental das massas pelos grupos dirigentes, o fato de elas acabarem sendo uma matéria-prima nas mãos do “líder carismático” de plantão”. (2020, p. 370). Não apenas o cadornismo na sua expressão histórica na Itália demonstrava a necessidade de uma superação dessa compreensão esquemática entre intelectuais e massas, dirigentes e dirigidos, mas Gramsci compreendeu a necessidade dessa superação para a construção da autodeterminação dos trabalhadores em sua

luta revolucionária. Como vimos, Gramsci combateu as concepções esquemáticas na relação entre partido e massas, como a defendida por Bordiga. No desenvolvimento do Partido Comunista da Itália, a busca por uma relação mais orgânica entre dirigentes e dirigidos estava na ordem do dia.

Pensando a partir dessa necessidade, a busca de uma relação cada vez mais orgânica entre dirigentes e dirigidos na construção do partido não deixa de produzir suas próprias contradições. Gramsci esboçou essa problemática ao discutir a relação entre centralismo “orgânico” e centralismo “democrático”. Segundo Fresu, o centralismo orgânico aparece como a expressão do cadornismo no partido, é o processo pelo qual um grupo político é selecionado e dirigido por um líder carismático, detentor de verdades infalíveis e que demanda uma obediência militarizada, esse centralismo é “o resultado de uma concepção unilateral de grupos fanáticos e sectários. Nesse caso não se deve falar em “centralismo orgânico”, mas em “centralismo burocrático” (2020. p. 367). Gramsci vê no centralismo democrático uma relação muito mais orgânica entre dirigentes e dirigidos, é uma relação orgânica que permite uma continua adaptação às mudanças históricas, impedindo possíveis cristalizações de relações de comando e obediência ou mesmo disputas pessoais entre dirigentes. Segundo Fresu:

O “centralismo democrático” é para Gramsci “um equilíbrio dos impulsos de baixo com o comando de cima, uma inserção contínua dos elementos que brotam das profundezas da massa na estrutura sólida do aparelho de direção, que assegura a continuidade e o acúmulo regular de experiências (2020, P. 367)

O centralismo democrático então era, segundo Gramsci, o princípio organizador do partido capaz de realizar uma real democracia orgânica entre dirigentes e dirigidos, manter sua flexibilidade em frente à experimentação e à história, é o que permite construir uma unidade coesa entre os membros do partido, buscando continuamente diminuir as possibilidades de emergência do cadornismo. Essa concepção é extremamente rica para cultivarmos, no processo de autoformação da classe trabalhadora, o “espírito de cisão” sorealiano, uma forma de continuamente combater as visões pessimistas sobre a tirania de toda forma de organização. Se Gramsci se manteve, em um extremo, crítico do pessimismo de Michels e sua lei de ferro da oligarquia, ele conservou, através da crítica ao cadornismo, uma forma de profilaxia contra o burocratismo e o dirigismo.

Porém, nem sempre a profilaxia garante a total recuperação. Mesmo Gramsci concebendo o centralismo democrático como a melhor maneira de construir relações mais diretas entre dirigentes e dirigidos no partido, podemos questionar se sempre essa organicidade é realizada.

A concepção da necessidade de um partido flexível às transformações históricas e na sua relação com as massas, na prática, também produzem contradições. Aqui podemos nos remeter à crítica do filósofo marxista Adolfo Sanchez Vásquez, que compreendia que em toda organização política, burguesa ou proletária, existem duas relações incontornáveis, a relação entre partido-massas e direção-base. Segundo ele: *“Esses dois princípios regem a vida do partido: para o exterior, em sua relação com as massas; em seu interior, nas relações mútuas entre os militantes, e entre a direção e a base”* (2011, p. 327). A defesa de uma concepção que busque romper com o princípio burguês de separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, como concebem Gramsci e Vásquez, deve buscar ampliar a participação consciente das massas e dos militantes.

Infelizmente, a morte precoce de Gramsci não lhe permitiu aprofundar essa análise, mas o diagnóstico histórico de Vásquez aponta que: *“durante anos e anos, o que dominou, dentro do movimento comunista mundial, na relação partido-massas, foi o princípio burguês da política como separação de dirigentes e dirigidos, de educadores e educandos”* (2011, p. 328). Não somente essa relação entre partido-massas incorreu na reprodução de um cadornismo, mas, segundo ele, existia uma espécie de mito que foi construído em torno da ideia de que o combate às relações de dominação entre partido-massas era decorrente do desvio burocrático do “verdadeiro” centralismo democrático. Assim, *“tratar-se-ia de reivindicar a democracia interna*

ausente, em geral, com as exceções que confirmam a regra, do movimento comunista mundial” (2011. 328). Porém, avançando na crítica, Sanchez Vásquez defende que existe uma contradição inerente na própria concepção de centralismo democrático:

Deixando de lado essas circunstâncias especiais que certamente existiram e existem em grande número de países, o que a experiência prova é que nunca se conseguiu equilibrar centralismo e democracia e que – na maioria dos casos – esta última permaneceu limitada – ou negada pelo primeiro. (...) A experiência demonstra que, inclusive nos casos mais favoráveis, nunca houve uma harmonia entre ambos os aspectos, mas sim, um predomínio do centralismo, que é, definitivamente, o que supostamente garante a unidade de ação e de vontade do partido (2011, p. 331.)

A crítica de Vásquez aponta para uma direção em que na relação entre centralismo e democracia, esta última, realizada a partir de uma organização horizontal, deve restringir cada vez mais o centralismo. As reflexões de Gramsci sobre as relações de dominação e reprodução das hierarquias entre trabalho manual e intelectual, e sua expressão na relação entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados nos oferece um referencial extremamente crítico para uma nova visão de mundo, em que a superação dessa contradição seja alcançada pela participação cada vez maior dos subalternos na construção e defesa de uma concepção em comum mundo. A crítica ao

dirigismo e burocratismo permanecem extremamente atuais, visto que o “cadornismo” continua a existir e se reproduzir nas organizações políticas, e, também, é possível (e necessário) estendermos essa crítica, como o fez Vasquez, a própria concepção de centralismo democrático, promovendo uma relação cada vez mais direta e horizontal na construção de um novo horizonte emancipatório. Nesse sentido, podemos caminhar para a realização da filosofia da práxis em *“elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, o que significa trabalhar para suscitar elites intelectuais de um novo tipo, que surjam diretamente das massas e permaneçam em contato com elas para se transformar em sua base de sustentação”* (GRAMSCI APUD FRESU, 2020, p. 374).

A biografia de Antonio Gramsci escrita por Gianni Fresu é uma ótima introdução à vida e à obra do revolucionário italiano, pois se esforça em expressar a visão pela qual o homem é sempre visto da maneira como Gramsci via: uma totalidade, onde contra todas as falsas hierarquias que dividem a humanidade e a subalterniza, emerge o homem filósofo.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIOLI, Maurizio – *A U.S.I e o Sindicalismo Revolucionário Italiano*. In “História do Movimento Operário Revolucionário”. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo. Imaginário; São Caetano do Sul. IMES, Observatório de Políticas Sociais. 2004.

FRESU, Gianni – *Antonio Gramsci, O Homem Filósofo – Uma biografia intelectual*. Tradução: Rita Matos Coutinho. São Paulo. Boitempo, 2020.

JUSTUS, Ebert - *Os IWW na Teoria e na Prática*. New Bedford. Textil Workers Union, 1922.

SALLES, Iza – *Um cadáver ao sol – A história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro. Ediouro, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez – *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, Brasil. 2011.

VENZA, Claudio – *O Anarco-Sindicalismo Italiano durante o Biennio Rosso (1919-1920)*. In “História do Movimento Operário Revolucionário”. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo. Imaginário; São Caetano do Sul. IMES, Observatório de Políticas Sociais. 2004.